



A POSSIBILIDADE DO FASCISMO NA PERIFERIA DO MUNDO: OS CASOS DE BRASIL E ÍNDIA

*Igor Gonçalves Caixeta*¹

Resumo

A partir da análise crítica de textos que discutem fascismo, populismo, e o cenário político contemporâneo de Brasil e Índia, busca-se, com este artigo, demonstrar como ideologias e movimentos fascistas proliferaram-se e enraizaram-se na periferia do mundo. Argumentamos que populismo, termo geralmente empregado para caracterizar a política de Jair Bolsonaro e Narendra Modi, é insuficiente para descrever seus projetos, cuja efetivação não se limita a tais ultradireitistas. O caráter ditatorial do fascismo, elemento que costuma defini-lo, é plenamente assumido em apenas uma das fases de processos que, nos contextos brasileiro e indiano, desenvolvem-se desde o século passado. Os casos de Brasil e Índia demonstram como o fascismo é um projeto transnacional, gradualmente cultivado, nutrido por diferentes grupos políticos e por múltiplos referenciais, como liberais, nacionalistas religiosos e neonazistas.

Palavras-chave

Fascismo;
Populismo;
Brasil;
Índia;
Bolsonaro;
Modi.

THE POSSIBILITY OF FASCISM IN THE WORLD'S PERIPHERY: THE CASES OF BRAZIL AND INDIA

Abstract

Through the critical analysis of texts that discuss fascism, populism, and the contemporary politics of Brazil and India, this article seeks to demonstrate how fascist ideologies and movements proliferate and take root in the periphery of the world. We argue that populism, the term commonly used to characterize the politics pursued by Jair Bolsonaro and Narendra Modi, is insufficient to describe their projects, whose implementation is not limited to such far-right leaders. The dictatorial character of fascism, an element that usually defines it, is fully assumed in only one of the phases of processes which, in the Brazilian and Indian contexts, develop since the last century. The cases of Brazil and India demonstrate how fascism is a transnational project, gradually cultivated, nurtured by different political groups and by multiple referential, such as liberal, religious nationalist and neonazi ones.

Keywords

*Fascism;
Populism;
Brazil;
India;
Bolsonaro;
Modi*

Da polêmica da palavra à transnacionalização do discurso

Usar o termo fascismo para descrever contextos e atores políticos atuais é arriscado. Três dias antes da vitória de Jair Bolsonaro (recentemente filiado ao Partido Liberal) na eleição presidencial de 2018, uma juíza do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro determinou que fosse retirada uma faixa com os dizeres “UFF Antifascista”, estendida na fachada do prédio da Faculdade de Direito

¹ Mestrando em ciência política (Universidade Federal de Minas Gerais). E-mail: igorgcaixeta@gmail.com.

da universidade em Niterói. No dia seguinte, fiscais do TRE confiscaram a faixa - sob alegação de coibir propaganda negativa contra o então candidato do Partido Social Liberal (PSL) -, adesivos, e entraram em salas da faculdade para questionar professores sobre o conteúdo de suas aulas (Altino, 2018). A atribuição, a si, da palavra fascista, e a oposição aberta ao fascismo, também incomodam Bolsonaro. Enquanto em 2017 o atual presidente do Brasil processou um deputado federal por chamá-lo, dentre outros adjetivos, de fascista (Grellet, 2020), já na presidência, em 2020, Bolsonaro denominou “antifas” como “marginais” e “terroristas” (G1, 2020a), e o Ministério da Justiça de seu governo produziu um dossiê sigiloso com informações de centenas de servidores federais e estaduais de segurança, considerados integrantes do “movimento antifascista” (D’Agostino, 2020). “Terrorista” também foi o termo atribuído por políticos à estudante presa em Tuticorim, na Índia, em 2018, por chamar publicamente de fascista o governo do *Bharatiya Janata Party* (BJP), ou Partido do Povo Indiano, em hindi (BBC, 2018). Em 2021, seria a vez de um professor indiano cair em desgraça pelo uso da expressão: um docente da Universidade Central de Kerala foi suspenso após caracterizar como protofascistas o BJP e a *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (RSS), ou União Nacional dos Voluntários, grupo paramilitar articulado ao partido que governa a Índia desde 2014 (Poikayil, 2021).

No Brasil e na Índia, o poder dos movimentos denominados fascistas, apesar de expressivo, não é absoluto. O mesmo TRE do Rio de Janeiro autorizou, dois dias depois da decisão previamente citada, que a faixa antifascista fosse recolocada na Universidade Federal Fluminense (Exame, 2018). Bolsonaro perdeu o processo que moveu contra Jean Wyllys (Grellet, 2020), e o dossiê de seu ministério foi suspenso por decisão do Supremo Tribunal Federal (D’Agostino, 2020). Lois Sofia, a estudante indiana, foi liberada após pagar fiança (BBC, 2018), e o professor universitário Gilbert Sebastian pôde retornar a seu posto, sob advertência de que não repetisse declarações como as que fez (Poikayil, 2021). Como afirma o historiador argentino Federico Finchelstein, Bolsonaro mobiliza a mentira, o racismo e a glorificação da violência característicos do fascismo, mas falta-lhe a ditadura (Pinheiro-Machado, 2020). Analisando a condução da pandemia da covid-19 pelo primeiro-ministro Narendra Modi e por seu partido BJP, Finchelstein e o filósofo estadunidense Jason Stanley associam a atribuição da disseminação do coronavírus aos muçulmanos, realizada pelo governo indiano, às políticas fascistas de vilanização e eugenia. Stanley (2020), inclusive, traça paralelos nas investidas por um Estado étnico empreendidas por Modi e por Adolf Hitler. Ainda assim, os autores caracterizam a Índia como a maior democracia do mundo (Finchelstein e Stanley, 2020). Não há, nestes países, regimes abertamente ditatoriais. Apesar disso, a intimidação, a ideologia, os atores, o movimento... a possibilidade fascista, permanece. Para muitos, no entanto, não existe razão para trazer palavras tão fortes à tona.

É como populistas que os atuais chefes dos governos da Índia e do Brasil são geralmente definidos, classificação que, a princípio, nada revela sobre onde habitam no espectro ideológico, já que é utilizada para qualificar políticos tão diversos quanto o venezuelano Hugo Chávez, o salvadorenho Nayib Bukele, o grego Alexis Tsipras e a francesa Marine Le Pen. As múltiplas expressões radicais da direita

não se atraem por qualquer ideia de mobilização do povo contra as elites, sentido mínimo do populismo (Finchelstein, 2018). Elas se identificam por meio de outros elementos discursivos e práticos compartilhados, como a subjugação de minorias étnico-raciais, sexuais e/ou religiosas, o anticomunismo, as referências aos movimentos e regimes fascistas do período entreguerras e o desprezo pela democracia, em qualquer sentido que vá além da participação em eleições (enquanto estas permitirem-lhes ascender ao poder). Traços, estes, familiares ao primeiro-ministro indiano, ao presidente brasileiro, e aos movimentos por eles encabeçados. Após a derrota eleitoral e o subsequente fracasso do golpe de Estado de Donald Trump nos Estados Unidos, em janeiro de 2021, Modi e Bolsonaro se tornaram as duas maiores lideranças de extrema direita no poder mundialmente. Bolsonaro preside um país de dimensões continentais, onde vive a sexta maior população do planeta, e Modi é o governante de uma nação de mais de um bilhão de pessoas, a segunda maior população do mundo (World Bank, 2021).

As extremas direitas que governam o Brasil e a Índia não estão isoladas - estabelecem relações entre si², e despertam o interesse de grupos semelhantes, em países vizinhos e longínquos. Organizações de caráter fascista trocam de apoio institucional a ideologias. Algumas, melhor estabelecidas, auxiliam na conquista ao poder de outras. Assim fez o governo brasileiro na Bolívia, ao longo do golpe de Estado policialesco, fundamentalista cristão e anti-indígena que sucedeu a vitória da esquerda nas eleições do país em 2019 (Urban, 2021a). Frequentemente, fascistas ou protofascistas legitimam e se inspiram em perseguições a inimigos étnicos em comum. No Sul da Ásia, fundamentalistas budistas do Sri Lanka, Mianmar e Tailândia estabeleceram um “elo anti-muçulmano” entre si e o movimento nacionalista hindu que atualmente governa a Índia (Yusuf, 2018). A extrema direita europeia também se volta ao autoritarismo indiano. No fim de 2019, dois meses após o antigo estado de Jammu e Caxemira - único da Índia com maioria muçulmana - ter seu status de região autônoma removido, o que foi acompanhado pela prisão de políticos, restrições na comunicação, na circulação de pessoas e no funcionamento do comércio e serviços, mais de vinte membros do parlamento europeu realizaram uma visita a Modi e à região sob cerco. A maioria dos deputados europeus, que, diferente de jornalistas e de políticos de oposição indianos, tiveram acesso ao território mais militarizado do mundo, são membros de partidos de extrema direita famosos por seus posicionamentos contra a imigração e contra muçulmanos, como o britânico *Reform UK* (antigo *Brexit Party*), o polonês *Prawo i Sprawiedliwość* (PiS) e o alemão *Alternative für Deutschland* (AfD; Dev, 2021). Filiada à AfD, a deputada Beatrix von Storch estendeu ainda mais os laços internacionais de seu partido. Em 2021, se encontrou em terras brasileiras com Bolsonaro, seu filho e uma deputada do PSL. Neta de um ministro de Hitler, a alemã, que já defendeu a execução de imigrantes ilegais “como medida de defesa” (Graieb, 2021), descreveu sua visita ao Brasil como parte do projeto de criação de uma “internacional conservadora” (Sanches, 2021).

²Em 2020, Bolsonaro foi recebido por Modi em Nova Delhi como convidado de honra para as celebrações do Dia da República da Índia. Durante a passagem do presidente brasileiro na Índia, Bolsonaro e o primeiro-ministro indiano assinaram acordos em áreas como agronegócio, medicina tradicional, homeopatia e combate ao terrorismo (que, como vimos, pode ser empregado contra adversários políticos; Giovanaz, 2020).

Em 2020, uma articulação do tipo surgia na Espanha, por iniciativa do partido de extrema direita Vox: o *Foro de Madrid*, aliança anticomunista que reúne personalidades políticas de diferentes partes da Europa e do continente americano, como Eduardo Bolsonaro, filho do presidente brasileiro (Urban, 2021b).

Uma rede global de cooperação da extrema direita está há ainda mais tempo nos planos de Steve Bannon, ex-estrategista de Trump e coordenador de sua campanha em 2016. Anteriormente um banqueiro, Bannon iniciou sua carreira como fomentador da extrema direita produzindo filmes apocalípticos, úteis para entendermos sua visão de mundo, difundida na política de diferentes países. Para ele, duras e destruidoras crises, acompanhadas de guerras, são cíclicas e necessárias para que se traga de volta a ordem e o desenvolvimento (Quartz, 2017). Se o cinema bannoniano ecoa os ideais futuristas de nacionalismo, militarismo, culto à morte e à destruição, tão atraentes para os fascistas no início do século 20 (Kramer, 2007), o site de notícias que ajudou a fundar, Breitbart News, requebra táticas nazistas de propagação de mentiras, racismo, e teorias conspiratórias acerca da dominação global pela esquerda (Vilicic, 2020). Ex-vice presidente da Cambridge Analytica³, o norte-americano é descrito como “ícone no combate ao marxismo cultural” por Eduardo Bolsonaro, embaixador sul-americano da articulação internacional de líderes da ultradireita criada por Bannon, intitulada *The Movement* (Pires, 2021). No início de 2021, o deputado federal brasileiro era o único estrangeiro presente no “conselho de guerra” que tramou a insurreição golpista do Capitólio. Em agosto, o filho do presidente participou de outro evento nos EUA: um simpósio organizado por Bannon e pelo empresário Mike Lindell (também presentes no “conselho de guerra” golpista), voltado à difusão de alegações infundadas de eleições fraudadas pela esquerda em países como Brasil, Bolívia e EUA (Filho, 2021). Paulatinamente e em conjunto, unidos em nome do aprofundamento de exclusivismos, desigualdades e autoritarismos, diferentes expressões da “nova direita” corroem democracias ao redor do mundo. Ainda que dependa da composição dos solos locais, a germinação da ideologia fascista, semente que se torna um movimento, com potencial de gerar como fruto um regime, é um fenômeno transnacional.

As influências fascistas fluem não apenas das nações ricas, onde o fascismo primeiro fez morada, em direção ao dito terceiro mundo, mas também no sentido inverso. Já no século passado, articuladores da direita cristã norte-americana, que ascendeu principalmente durante e após o governo de Ronald Reagan, viajavam ao Brasil para trocar estratégias com membros do grupo católico aristocrata Tradição, Família e Propriedade (TFP), no qual se espelhavam (Cowan, 2018). Mais recentemente, o defensor da supremacia branca e cristã, David Duke, afirmou, em um programa de rádio, que se reconhecia no discurso do “incrível Bolsonaro” (Paiva, 2021). Nos anos 1970, quando liderou a Ku Klux Klan, o estadunidense visitou a Índia, acreditando que lá estaria preservada, devido ao sistema de castas, a pureza da raça ariana (BBC, 2017). As bases místicas e pretensamente científicas do racismo de Duke, o mito orientalista que conectava a Índia aos arianos (e, em

³ Empresa de análise de dados acusada de auxiliar, via redes sociais digitais, campanhas desinformacionais durante eleições e plebiscitos em países como EUA, Brasil e Reino Unido (Vilicic, 2020).

oposição, um Oriente “seco”, “pobre”, “mau” aos semitas, ou judeus e árabes; Said, 2007; Stroumsa, 2021) foi difundido para além dos EUA. Esse orientalismo fascista foi propagado por neonazistas como a francesa Savitri Devi, conhecida por unir o nazismo e o misticismo hindu. Escrevendo sobre temas odiosos, como a superioridade de certas raças sobre outras, a necessidade de mantê-las separadas e a “ameaça muçulmana”, a autora, que viveu boa parte de sua vida na Índia, tornou-se uma referência para a extrema direita dos EUA e da Europa. Como Bannon e os fascistas místicos do século 20, Savitri interpretava a história como a batalha cíclica entre o bem e o mal. Via, em Hitler, uma reencarnação do deus hindu Vishnu, e aguardava sua próxima vinda ao mundo (Goodrick-Clarke, 1998; BBC, 2017). Ansiava pelo retorno, no presente, de passados perdidos: a era imaginária da supremacia ariana, e um tempo como o do nazismo, uma tentativa genocida de restabelecê-la.

Reacionarismo religioso, racismo, arianismo, ocultismo... são muitas, forjadas nos encontros entre países, às vezes contraditórias ou conflitantes, e ainda pouco conhecidas, as tradições ideológicas que dão forma ao fascismo. Entre elogios a Modi e Bolsonaro, o católico Bannon revelou, para um entrevistador indiano, também se interessar pela espiritualidade hindu, desde a leitura de uma obra de René Guénon (Chaudhary, 2019), francês que deu origem ao movimento filosófico e esotérico denominado Tradicionalismo. O Tradicionalismo é, hoje, referencial simbólico de múltiplos líderes e movimentos reacionários que atuam globalmente. Ao mesmo tempo, atrai o desprezo de outras parcelas da extrema direita. Onde a criação, combinação e perseguição de inimigos é a mais habitual ferramenta política, dificilmente um consenso sobre os limites do ódio será estabelecido. Há aderentes ao Tradicionalismo, pensadores ocidentais que interpretam tradições orientais em busca de uma “verdade transcendental”, que propõem a valorização de certas formas do islã. O movimento iniciado por Guénon desperta, por isso, a oposição de militantes fascistas mais islamofóbicos, como Olavo de Carvalho (que já se vinculou ao Tradicionalismo) e o terrorista Anders Breivik (Sedwick, 2020). O norueguês, preso desde 2012 por assassinar, no ano anterior, setenta e sete pessoas, consideradas por ele marxistas culturais defensores da islamização da Europa, manifestou seu interesse pela Índia referenciando diretamente os nacionalistas hindus do país, sem intermediação Tradicionalista. Mais de cem páginas de seu manifesto foram dedicadas à nação sul-asiática, que, para ele, se assemelha ao continente europeu na luta de seus habitantes contra os muçulmanos (Swami, 2016).

Através de diferentes códigos que se comunicam, mesmo que por vezes se desencontrando, uma retórica radical de direita se propaga ao redor do mundo. Uma violenta linguagem comum, que toma corpo em políticos, empresários, escritores, terroristas, milicianos, cidadãos brasileiros, cidadãos indianos. Ainda que não tenhamos visto tal repertório estruturar ditaduras como as dos anos 1930, seus efeitos mortais já podem ser percebidos. Ideologias e movimentos bastante semelhantes marcaram outros períodos históricos, mesmo em países periféricos, que costumam ficar de fora do alcance do termo utilizado para entender tais momentos: fascismo (Finchelstein, 2018). Grande parte de seus semeadores e cultivadores atuais rejeitam a denominação. Steve Bannon, por exemplo, se considera parte de um movimento populista, que, em suas palavras, não tem qualquer relação com o

fascismo. Se isto é o que diz o ideólogo que sugeriu a decapitação de seus desafetos após uma guerra civil (Vallejo, 2020) que, para seu lamento, não chegou, se assim argumenta o homem que se diz “fascinado por Mussolini” (Greenwood, 2018), o que dizem fontes mais confiáveis, como os pesquisadores sobre o tema?

Do populismo ao fascismo

Populismo, enquanto um termo, surgiu junto a movimentos que o reivindicavam, primeiramente na Rússia, posteriormente nos EUA, nos fins do século 19 (Rosanvallon, 2020). Num período de crise da globalização, proliferavam na política destes e de outros países elementos discursivos mais tarde adotados por fascistas, como o antissemitismo, a xenofobia e o racismo (Paxton, 2004; Finchelstein, 2018). Por volta da metade do século 20, a palavra tornou-se uma categoria analítica recorrente na América Latina, utilizada para designar políticos e regimes da região (Weffort, 1978; Finchelstein, 2018). Foi no século 21, entretanto, que o populismo passou a ser utilizado mais frequente e internacionalmente por teóricos, pela mídia, e por ativistas e políticos, neste último caso como forma de identificação com a categorização, ou de crítica a adversários. Para além do fato de construírem discursivamente um povo ideal em oposição a oligarquias também idealizadas, talvez o elemento mais comumente apontado para definir líderes como populistas seja sua oposição ao liberalismo político, ainda que dificilmente se evidencie que é à versão política do liberalismo que os autores se referem, e que parcamente se defina o conteúdo desta forma de liberalismo. O termo populismo é polêmico, e seus estudos ainda estão se consolidando (Rosanvallon, 2020; Finchelstein, 2018). Uma análise minuciosa do que seria tal fenômeno foge do objetivo deste texto, voltado às cada vez mais normalizadas tradições, projetos, possibilidades políticas vinculadas à extrema direita, cuja natureza e gravidade “populismo” é insuficiente para transmitir. Vejamos, então, alguns autores que o analisam traçando paralelos com o fascismo, objeto de maior interesse deste artigo.

O populismo é descrito por Nadia Urbinati (2019) como um tipo de governo que parasita a democracia, instrumentalizando-na para fins não democráticos, sem destruí-la por completo. Segundo sua análise, o líder populista surge em contextos de crise, apresentando-se como a salvação, a vingança e a voz do povo, frente a um sistema político corrompido, sequestrado por uma elite saqueadora. O governante populista refletiria, em seu discurso, a imagem e os desejos do povo, de modo que os antagonistas, os ataques, o controle externo de seu governo seriam formas de antagonizar, de atacar e de controlar a parcela da população que se vê como a parte merecedora de representação política (pois assim é construída pelo líder e seu movimento). Para a autora, os ataques ao pluralismo, materializados, por exemplo, em alterações constitucionais que esvaziam poderes de parlamentares e incrementam os poderes do executivo, corroem a democracia, mas populistas necessitam de outros de seus elementos, como a realização de eleições, para manterem-se enquanto representantes de sua maioria. Nos limites desta corrosão, Urbinati (2019) posiciona o fascismo. De acordo com a italiana, um regime fascista rompe com as regras democráticas - dispensa o respeito à constituição, aos direitos básicos e à liberdade política e estabelece suas próprias regras. Trata-se de um tipo

de governo que, como o populista, também busca a reconstrução da unidade das massas, mas de modo ditatorial, fundindo Estado e sociedade, forçando a vida civil a seguir os princípios do regime. O apoio das massas não apenas lhe é fundamental, mas é a única possibilidade oferecida. Urbinati (2019) afirma que não há espaço para o dissenso e a contestação num regime fascista. Diferente do governo populista, o fascista, para ela, não se limita à retórica violenta contra seus opositores, mas utiliza da violência inconstitucional contra seus próprios cidadãos, fundando, assim, um consenso tirânico.

Como Urbinati, Finchelstein (2018) situa o fascismo enquanto um destino possível do populismo. O argentino vai além da autora, caracterizando-no, também, como a origem dos fenômenos populistas, cuja primeira expressão teria nascido em seu país natal. Antecedido por movimentos e regimes similares, como os populismos agrários do século 19, que o autor chama de pré-populismos, e o varguismo no Brasil e cardenismo no México, considerados protopopulismos, o governo do argentino Juan Perón foi, para Finchelstein, o primeiro regime populista da história. Perón fundou, em 1945, uma “forma autoritária de democracia”, marcada pela oposição ao liberalismo, herança do fascismo, segundo o historiador, mas também à ditadura, característica que distingue seu governo dos fascistas. Ambos se sustentam no “mito da representação trinitária”, legitimando-se através da ideia de justaposição de líder, povo e nação, com a diferença de que, no fascismo, esta personificação da vontade popular e do espírito nacional independe da mediação da representação eleitoral, que populistas mantêm. O populismo tampouco elimina a diferença entre público e privado, nem é revolucionário, aspectos que se manifestam no fascismo, de acordo com Finchelstein. O autor argumenta que enquanto o primeiro concebe o povo simplesmente através de uma concepção homogeneizadora, o segundo atribui uma identificação étnica, isto é, restrita a um grupo, à comunidade nacional, que antagoniza não com as elites, os corruptos, os traidores ou qualquer inimigo genérico, como no populismo, mas com indivíduos identificados por sua religião ou raça⁴. Outras diferenças apontadas pelo historiador seguem na mesma direção daquelas que propõe Urbinati (2019), como a impossibilidade do líder populista de estar totalmente acima da lei, como estavam os fascistas, e a moderação de populistas em relação ao uso da violência extrema, central para os fascistas por produzir poder através da eliminação dos “inimigos da nação”.

A diferenciação estabelecida por Federico Finchelstein (2018) suscita alguns questionamentos, se tomamos como exemplos de populismos os autoritarismos recentes de Brasil e Índia. Começamos pela suposta ausência de identificação étnica do “povo” no populismo. No Brasil, tal identificação se dá de modo menos sistemático e institucionalizado que na Índia, mas ainda é notável, e geralmente estabelecida pela mesma chave interpretativa mobilizada no país asiático: o

⁴ A definição fascista de “raças” não precisa se vincular a critérios biológicos, como aconteceu no nazismo ou como o termo é, geralmente, entendido atualmente. No fascismo italiano, *razza* recebia um enquadramento histórico e cultural, produzindo um nacionalismo de caráter mais político que biológico (Paxton, 2004).

nacionalismo religioso⁵. Tal ideologia baseia-se na defesa de privilégios de um grupo religioso em detrimento dos direitos de outros, geralmente minoritários, que exercem fés distintas (Yusuf, 2018), ou simplesmente identificados como seus inimigos, o que costuma envolver secularistas. Trata-se do uso de identidades e razões religiosas como forma de condução do Estado e de mobilização e articulação política, da construção da nação enquanto pertencente a um grupo religioso. Tudo o que é feito em nome do país, nesta visão, realiza-se para sua religião e divindades. Em 2017, meses após sua filiação (e de seus filhos) ao Partido Social Cristão e de seu batismo simbólico nas águas do Rio Jordão, em Israel, o católico Bolsonaro afirmou, em um evento de sua campanha eleitoral adiantada, que o Brasil é um país cristão, rejeitou o Estado laico, prometeu um Estado cristão e finalizou bravejando que “as minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (MARIANO e GAGLIARDI, 2019, p. 73). A centralidade do nacionalismo cristão no movimento liderado por Bolsonaro pode ser exemplificada pelo lema de sua campanha em 2018, bastante similar a um bordão da Alemanha nazista (Longo, 2018), e que acabou se tornando seu grito de guerra e de seus seguidores: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Também é ilustrativo o programa do partido que o presidente tentou criar em 2019, Aliança Pelo Brasil. Nele, consta que o povo brasileiro é “solidamente educado nas bases do Cristianismo”, e que “[a] relação entre esta Nação e Cristo é intrínseca, fundante e inseparável” (Aliança Pelo Brasil, 2019). Além de permitir a conquista e o engajamento de eleitores e militantes - sobretudo evangélicos e católicos conservadores - para aqueles que o mobilizam, o nacionalismo cristão possibilita a satanização de opositores políticos (Professor Eduardo Vieira, 2021), bem como a condução de diferentes âmbitos do Estado brasileiro por valores (Bassette, 2020) e atores (Leitão, 2020) ditos cristãos.

O nacionalismo religioso da extrema direita indiana levanta ainda mais dúvidas sobre a recusa em se utilizar a palavra “fascismo” para descrever o que se desenvolve em certos países no presente. Desde a vitória do BJP, maior e um dos mais ricos partidos do mundo (Santos, 2021), nas eleições indianas de 2014, o país passou a ser dirigido sob o guia da ideologia *Hindutva* (“hinduidade”), base do nacionalismo hindu que já se enraizava ao longo do século 20 (Thompson, Itaoui e Bazian, 2019). Nesta concepção, adotada por diversos grupos nacionalistas, a Índia é entendida como *Hindu Rashtra* (Santos, 2021) ou *Hindustan*, uma terra santa povoada por uma “raça” que compartilharia de um sangue, uma cultura, uma história e uma geografia sagrada comuns: a “raça” hindu (Battaglia, 2017). No horizonte da politização do hinduísmo reside, via estabelecimento de uma supremacia religiosa, a homogeneização, mas em sua prática, há certa heterogeneidade: como afirmam Thompson, Itaoui e Bazian (2019), existem desde indivíduos e agremiações que almejam a morte, expulsão ou conversão de todos os não hindus do país, até aqueles mais moderados, que buscam atingir maior influência dos princípios de sua religião e cultura nos processos de tomada de decisão estatais. De qualquer modo, “a hinduidade” se constrói, cada vez mais, de modo exclusivista, representando “o hindu” enquanto “o cidadão indiano de

⁵ O racismo também é recorrente entre a extrema direita brasileira, e mescla-se às hierarquizações de religiões, mas costuma ser menos explicitamente evocado como definidor étnico que o nacionalismo religioso.

direitos”, identidade conferida pela oposição a grupos como *dalits*, esquerdistas, liberais, feministas, cristãos e, principalmente, muçulmanos, os grandes responsáveis, na visão *Hindutva*, pela “degeneração nacional” (Thompson, Itaoui e Bazian, 2019; Battaglia, 2017; Banaji, 2018). Mesmo que muçulmanos, percebidos como principais adversários do movimento autoritário indiano, não sejam totalmente excluídos da disputa política do país - condição necessária, segundo Finchelstein (2018), para a constatação do fascismo - o preconceito e a discriminação que lhes atinge assemelha-se, em muitos pontos, à inferiorização vivenciada por judeus nas nações onde o fascismo antissemita se instalou no século passado. A recente construção de campos de detenção, para onde serão conduzidas, se não forem deportadas, milhões de pessoas listadas recentemente como não cidadãs, “caso de todos os muçulmanos incapazes de atenderem à burocracia” (SANTOS, 2021, p. 59), é, infelizmente, apenas um dos perversos produtos da islamofobia em expansão na Índia. Ela também se manifesta

em discursos de ódio por funcionários eleitos, levando a incitação, assédio, violência em grupo e linchamentos, vandalismo a mesquitas, bem como a destruição de empresas de propriedade de muçulmanos e de campos de refugiados que abrigam refugiados rohingyas⁶. Inclui o aumento da vigilância dos muçulmanos, restrições a seus locais de residência, vestimentas, onde oram, quem amam (“*jihad* do amor”⁷), o que comem e como ganham a vida (legislação proibitiva sobre vacas). Além disso, a islamofobia tornou-se mais firmemente enraizada sistematicamente por meio do sistema legal e das estruturas do Estado. (THOMPSON, ITAOUI e BAZIAN, 2019, p. 34, tradução nossa).

Outro ponto contestável em relação à teorização de Finchelstein (2018), ou à aplicabilidade de sua conceitualização de populismo frente a casos empíricos, advém de sua afirmação de que o populismo, diferente do fascismo, nunca celebra a ditadura, e aceita derrotas eleitorais. Façamos justiça ao autor: ao menos em uma entrevista e um artigo, ambos publicados em jornais *online* em 2020, Finchelstein revisou, em certa medida, os pontos levantados. Declarou que Bolsonaro, explicitamente favorável à ditadura, teria se aproximado mais do fascismo que qualquer outro líder populista na história (Pinheiro-Machado, 2020). Trump, por sua vez, ao recusar reconhecer o resultado das eleições norte-americanas de 2020, teria borrado a linha que separa o fascismo do populismo, segundo o historiador (Finchelstein, 2021). Uma pesquisa realizada na Índia indica que a separação que Finchelstein havia estabelecido tampouco tende a se manter de pé no país. Dados do Pew Research Center (2017) impossibilitam que afirmemos que apoiadores do BJP fazem parte meramente de um movimento populista, partindo da definição do autor

⁶ Muçulmanos originários do estado de Rakhine, em Mianmar. Foram alvo de restrições graduais à cidadania birmanesa ao longo de décadas, e de genocídio em anos recentes (Yusuf, 2018).

⁷ Teoria conspiratória que postula um plano de conversão de mulheres hindus ao islã através do casamento com homens muçulmanos, e que fundamenta leis anticonversão recentemente aprovadas em alguns estados indianos (Thompson, Itaoui e Bazian, 2019).

argentino. De acordo com a pesquisa, indivíduos que apoiam o partido estão entre os mais propensos no país a defender o governo de um líder forte que toma decisões sem sofrer interferências de outros poderes, e defendem, em proporções significativamente maiores que as de outros grupos, um governo militar. No Brasil, além das declarações pró-ditadura do capitão Bolsonaro, cujo governo distribuiu mais de seis mil cargos civis para militares (Motta, 2021), vale ressaltar o rompimento com o jogo democrático pelo movimento que pleiteou o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) antes mesmo de encontrar um motivo para fundamentá-lo, movimento com alas abertamente favoráveis à intervenção militar e que trilhou a ascensão do atual presidente brasileiro ao poder (Boito Júnior, 2021).

Antes de buscarmos definir o fascismo separadamente, toquemos no argumento relativo à baixa intensidade da violência que o populismo empregaria, a fim de questionar se é simplesmente este o fenômeno político experienciado nos países analisados. O uso da violência extrema e inconstitucional, quer seja por meio das instituições e organizações estatais, como as polícias e os exércitos, quer seja através de grupos paraestatais, como as milícias, já se normalizou a tal ponto, sobretudo em países pobres, que autores como Urbinati e Finchelstein desconsideram o fato de que há lugares onde cidadãos às margens da cidadania - pequenos camponeses, moradores de aldeias e favelas, povos de terreiro, muçulmanos, kashmiris - já vivem sob consensos tirânicos. No Brasil e na Índia, a militarização, a tomada de territórios, a destruição de templos religiosos, as agressões e assassinatos ignorados pelos sistemas de justiça, já conviviam inclusive com a “normalidade democrática” anterior à ascensão de autoritários explicitamente contrários à concessão de direitos humanos àqueles que consideram menos humanos, ou, no linguajar da teoria sobre populismo, menos povo (DW, 2012; Lorentz, 2017; Martín, 2016; Santos, 2021; Banaji, 2018). Tampouco é incomum nesses países, nem somente contemporânea aos governos de Bolsonaro e Modi, a gratificação e promoção de indivíduos que participaram de ações violentas contra grupos subalternizados (Adorno, 2017; Banaji, 2018).

Nadia Urbinati (2019), com sua visão mais procedimentalista de sociedades democráticas - aquelas que realizam eleições livres, contestadas por dois ou mais partidos, e que permitem a rivalidade política e o debate entre os diferentes -, se opõe ao que chama de “visões apocalípticas” e à ideia de crise da democracia. Por outro lado, aqueles que vêem a usurpação de seus direitos intensificada pelo que a autora chama de projetos de governo populistas, têm razão em soar o alarme. Como afirma a própria Urbinati (2019:22), “a descida ao fascismo está sempre além do horizonte.” (tradução nossa). Faz-se necessário, portanto, tratá-lo, também, como um projeto de governo, como Urbinati aborda o populismo. Mesmo os países na periferia do mundo citados, marcados pela chaga colonial (Quijano, 2000) e pela persistência do autoritarismo e exclusivismo de suas oligarquias (Avritzer, 2019; Santos, 2021), ainda não viram o estabelecimento de tiranias abrangentes como as que os movimentos italiano e alemão, liderados por Benito Mussolini e Adolf Hitler, fundaram na primeira metade do século 20. Isto não significa que processos similares não estão em produção, nem que, se os movimentos atuais não atingirem

resultados idênticos aos dos fascismos clássicos, não deixarão (como já estão deixando) rastros de destruição vividos, por muitos, de forma verdadeiramente apocalíptica.

Abordagens processuais do fascismo, empregadas por autores como o norte-americano Robert Paxton (2004) e o brasileiro Armando Boito Júnior (2021), permitem que reconheçamos o fenômeno em lugares onde ele não atingiu a face ditatorial pela qual é geralmente descrito. Primeiramente, faz-se necessário destacar que nem toda ditadura é fascista. A característica distintiva da ditadura fascista, para Paxton (2004), é sua mobilização das massas. Boito Júnior (2021) chama atenção, ainda, ao caráter reacionário deste regime ditatorial de massas. Sendo o fascismo tal regime, como argumenta o cientista político a partir das definições dos teóricos marxistas Togliatti e Poulantzas, “também deve ser denominado fascista o movimento social que luta pela instauração desse regime e a ideologia que mobiliza esse movimento e legitima a ditadura fascista.” (BOITO JÚNIOR, 2021, p. 4). Chegamos, então, ao segundo ponto sobre o aspecto ditatorial: a representação do fascismo pela figura de um ditador todo poderoso é um produto da propaganda fascista, desconectado do que foi (e do que pode ser) o fenômeno na prática, e desresponsabiliza indivíduos, grupos, governos e instituições que toleraram, aprovaram ou colaboraram com o fascismo (Paxton, 2004). Esta imagem desconsidera a sucessão de processos e escolhas que precederam as ditaduras fascistas. É bom lembrar que a primeira ditadura do tipo, fundada por Mussolini, não foi instantaneamente instalada após a ascensão do líder ao poder em 1922, que, a propósito, contou com certo nível de intimidação miliciana, mas dependeu, muito mais, das alianças estabelecidas com o *establishment* conservador italiano (Paxton, 2004). Em seus primeiros anos de governo, Mussolini aparentava ser um primeiro-ministro parlamentarista comum, “quase normal”, governando através de uma coalizão com grupos como nacionalistas e liberais. Como demonstra Paxton (2004), a radicalização de seu movimento e regime, e a adoção de ideologias mais extremas, foram graduais, e, por vezes, chegaram a retroceder, ao contrário do que ocorreu no fascismo alemão.

Diferentes casos de fascismo evoluem de formas distintas. Em qual etapa estariam, então, os processos de fascistização de Brasil e Índia? Há cinco estágios do ciclo fascista, de acordo com Paxton (2004). Segundo o autor, cada um é pré-requisito para o próximo, não há necessidade de que todos se completem, diferentes estágios podem operar ao mesmo tempo e, como adiantado, é possível retroceder.

Primeiramente, movimentos fascistas são criados. Um conjunto de novas ansiedades, como o medo da decadência nacional e do caos social em decorrência da imigração, queda das taxas de natalidade, urbanização e conflitos industriais, antecedeu o surgimento do fascismo no século 20. Os movimentos fascistas condensavam tais ansiedades no medo e ódio a inimigos internos e externos, que prometiam combater (Paxton, 2004). No Brasil do século 21, amedrontaram parcelas da população que se refugiaram no autoritarismo reacionário o recente reconhecimento de direitos e maior visibilidade pública de grupos como negros, indígenas, LGBTs e mulheres, e a tímida ascensão dos mais pobres. Além destes

ressentimentos de cunho conservador, foram centrais para o desenvolvimento do ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT), principal bode expiatório que teria subvertido a ordem tradicional do país, o crescimento das taxas de homicídio e a sensação de corrupção generalizada, atribuídos aos governos petistas (Miguel, 2018; Boito Júnior, 2021). A imagem de um partido corrupto, além de elitista, também foi criada pelo BJP em torno do Congresso Nacional Indiano, principal força política a comandar a Índia antes da ascensão dos nacionalistas hindus (Santos, 2021). A discriminação positiva estabelecida nas décadas de governo do Congresso, que tinha como intuito a promoção de castas e grupos desfavorecidos, junto ao secularismo do partido, ao centenário medo do crescimento demográfico de muçulmanos (Battaglia, 2017), ao temor de sua suposta lealdade ao Paquistão e do terrorismo atribuído ao grupo (Thompson, Itaoui e Bazian, 2019), são alguns dos principais fatores que deram origem à síndrome de vitimização hindu, e à vilanização dos considerados inimigos do hinduísmo.

O segundo estágio fascista descrito por Paxton (2004) é o enraizamento dos movimentos no sistema político. Aí residem, atualmente, os fascismos indiano e brasileiro. Gestado sobretudo pelas classes médias, o fascismo geralmente viabiliza-se como a resposta antidemocrática, antioperária e antipopular escolhida por parcelas da burguesia para solucionar crises políticas (Boito Júnior, 2021). Uma vez no governo, os fascistas não buscam, necessariamente, atender os interesses da pequena burguesia e da classe média que originaram-lhe (Boito Júnior, 2021), e podem frustrar até mesmo as expectativas econômicas do grande empresariado que o cooptou. Aqui, cabe verificar a crença relativa à natureza revolucionária do fascismo. Mesmo volvidos a ditaduras, e apesar de terem efetuado mudanças expressivas, os regimes fascistas originais “mantiveram a distribuição da propriedade e a hierarquia social e econômica amplamente intacta” (PAXTON, 2004, p. 141, tradução nossa). Como indica Paxton (2004), almejavam, em última instância, uma “revolução da alma”. Igualmente, governos atuais inspirados por ideais fascistas costumam atender interesses oligárquicos, enquanto tocam suas “guerras culturais”. Se as classes médias e as castas superiores, que produziram o BJP em reação à ascensão de castas inferiores na década de 1980, alegam-se com o tradicionalismo que o governo de Modi proporciona-lhes, a grande burguesia indiana preocupa-se com a priorização da agenda *Hindutva* em detrimento do desenvolvimento econômico, com exceção de alguns capitalistas diretamente beneficiados pelo governo e de grandes proprietários rurais da casta dominante (Santos, 2021). Também no Brasil, proprietários de terra estão entre os principais grupos que compõem a base social do governo. Como a classe média, base mais fiel do presidente, as associações de proprietários rurais foram precursoras no apoio a Bolsonaro, e resistem às suas crises de popularidade (Boito Júnior, 2021). O regime sustenta-se, enfim, pelo apoio do grande capital internacional e a burguesia brasileira a ele atrelada. Ambos mantiveram, com o governo bolsonarista, a hegemonia que haviam perdido durante os governos petistas. Esta continuidade no plano econômico⁸, em certa medida, entre os projetos do movimento que derrubou

⁸ Abre-se a oportunidade para desconstruir dois mitos sobre o fascismo, utilizados para questionar a viabilidade do termo para caracterizar os contextos políticos de países como Brasil e

Dilma, as reformas de Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro) e o atual regime (Boito Júnior, 2021), possibilitam a Bolsonaro relativa estabilidade, apesar de seus ataques à democracia, e servem de alerta para que não tratemos o fascismo como mera interrupção.

Do passado ao futuro

Os outros três estágios evolutivos do fascismo definidos por Paxton (2004) são, respectivamente, a tomada do poder (de modo ditatorial), o exercício deste mesmo poder e, a longo prazo, a radicalização ou entropia do regime. Ainda que os países analisados experienciem fases anteriores, a sombra do futuro desejado pelos fascistas já se projeta na atualidade. Os chefes de governos de Brasil e Índia não só almejam, mas se empenham em estabelecer ditaduras. Bolsonaro sempre declarou tal projeto publicamente, apesar de arrefecer em muitos momentos, e Modi só conseguirá implementar seu programa, amplamente anunciado e já em andamento, de subjugação de quase duzentas milhões de pessoas (para nos limitarmos aos muçulmanos de seu país), por vias ditatoriais. Mesmo numa eventual ausência de seus atuais líderes, o direcionamento fascista já é uma possibilidade enraizada nos solos indiano e brasileiro. O fascismo vem sendo construído enquanto uma alternativa cada vez mais convencional nestas nações, o que concomitantemente sinaliza aos seus aderentes um futuro - ditatorial, se surgirem condições para tanto - e uma noção particular de presente - na qual impera a maximização da violência física, simbólica e institucional contra os inimigos da facção no poder. Estes presente e futuro são o destino de um passado idealizado, tecido pelo revisionismo histórico de extremas direitas que, centradas em identidades nacionais exclusivistas, desenham projetos de poder altamente antidemocráticos e destrutivos.

O retorno a um passado glorioso, para Stanley (2019), é parte da metodologia fascista de conquista do poder. *Bharat*, termo hindi usado para se referir à Índia, torna-se *Akhand Bharat*, algo como *Bharat* Indivisa, nas palavras e sonhos de muitos nacionalistas hindus. O mapa de um passado imaginado inclui, além da Índia, uma série de países ou partes de países independentes que antes formariam um só território: dos pequenos Nepal, Sri Lanka, Tibet e Bangladesh, aos maiores Mianmar, Afeganistão e Paquistão. No centro desta nação ancestral estaria *Aryavarta*, a terra dos arianos, local onde a classificação da sociedade em quatro *varnas*, ou castas, seria rigorosamente observada, diferente de outros territórios da região e época, que seriam marcados pelo barbarismo e impureza. O que a literatura hindu que serve de fonte para os nacionalistas não afirma é que toda essa área, dividida, então, em diversos reinos e impérios, era uma só nação, conceito que sequer existia

Índia. Em primeiro lugar, a ideia de que o fascismo demanda um nacionalismo econômico. É claro que a dependência econômica de países do chamado terceiro mundo tornam o fascismo na periferia global diferente do fascismo num país central. Mas mesmo na centralíssima Alemanha, nos anos 1930, empresas estrangeiras como as estadunidenses Ford e General Motors operaram, produzindo veículos e aeronaves para o exército nazista e usufruindo de trabalho forçado realizado em fábricas no país (Billstein et al., 2000). Segundamente, adiantamos algo a ser melhor discutido nas próximas páginas: o fascismo não rompe com as tradições econômicas capitalistas onde ele opera. O Banco Central da Alemanha, por exemplo, contou com o mesmo presidente antes e após a queda da República de Weimar (Landa, 2009).

antes da modernidade. Tampouco os territórios reclamados foram realmente descritos, na extensão atual, nos textos antigos (Samrat, 2021). Reconstruções da história e da realidade deste tipo ganham corações e mentes, como no Brasil, por meio de uma complexa rede de propaganda (Thompson, Itaoui e Bazian, 2019). Propaga-se, na Índia, o retorno a um passado inexistente, a grandiosidade da pátria, a possibilidade e o direito de que ela se expanda - expansionismo que, para Paxton (2004), é definidor do fascismo. Ainda que esta seja uma característica presente em diferentes casos de fascismo, ela não é tão central como outras citadas a ponto de definir o fenômeno que, como afirma o autor, pode se repetir de outras formas, sobretudo se levamos em conta a maior rigidez que as fronteiras nacionais alcançaram, comparando o atual momento com o período entreguerras. Mais que o expansionismo, o que chama atenção na ideia de *Akhand Bharat* é como a observação rigorosa do sistema de castas deste passado imaginário, contraposto ao que seria sua bárbara e impura omissão, indica um modelo de ordem social a ser seguido dentro da ideologia *Hindutva*.

Saudosismo por certa hierarquia social perdida é também o que conecta brasileiros ao passado idílico mais comumente evocado pela extrema direita de seu país: o período da ditadura militar, de 1964 a 1985 (Miguel, 2018). Para além de um mundo, imagina-se, anterior à exaltação de divisões sociais (entre ricos e pobres, brancos e negros, e assim sucessivamente), mais conservador nos costumes, e mais seguro e ordeiro, graças à rigidez militar, interessa à extrema direita o anticomunismo paranoico da Guerra Fria, hoje transformado em ódio ao PT, nova “ameaça comunista”, e aos seus supostos aliados. Há, ainda, períodos históricos mais antigos que servem como referência para aderentes ao fascismo brasileiro. O passado ideal fascista não permanece meramente no plano de uma inspiração exótica, mas tem sérias implicações sobre o modo de governar de quem o almeja. Vejamos algumas das formas pelas quais, às vezes de modo sutil, outras de forma bastante explícita, certos ideais fascistas são construídos e a história é reconstruída no Brasil.

Nas produções de máquina de propaganda da extrema direita brasileira, nos discursos de suas lideranças e nas obras de seus ideólogos, André Nicácio Lima (2019) verifica um processo de revisão da história do país operado a partir da deslegitimação de fontes de construção do conhecimento histórico consagradas, como universidades e historiadores profissionais, e da atualização de teses autoritárias e supremacistas sobre a história do Brasil construídas no século 19. Verificam-se, aqui, outras duas táticas fascistas descritas por Stanley (2019): o anti-intelectualismo e a irrealidade. Além do negacionismo do genocídio indígena e da estigmatização desses povos como “bêbados” e “vagabundos”, o colonista da Folha de São Paulo e influenciador da direita Leandro Narloch atribui aos negros africanos a iniciativa da construção do sistema de escravidão europeu. Repetida por Bolsonaro em TV aberta durante o processo eleitoral de 2018, essa tese desvincula a barbárie da história europeia, e servia, no século 19, “aos propósitos de líderes políticos favoráveis à continuação do tráfico negreiro” (LIMA, 2019, p. 30). O negacionismo da escravidão e do genocídio indígena, ao mesmo tempo, priva negros, negros e indígenas de seu direito à memória, e isenta o governo da responsabilidade de

tomar medidas de combate à discriminação e desigualdade étnica e racial (The Intercept Brasil, 2021a).

Passado mítico, hierarquia, propaganda, mentira, distintos pontos da metodologia fascista listados por Stanley (2019), se evidenciam na análise de Lima (2019) da série “Brasil - A Última Cruzada”, realizada pela produtora de vídeos de extrema direita Brasil Paralelo em 2017, e exibida na TV Escola em 2019 (Alfano e Eller, 2019). Trata-se de uma superprodução, que angariou milhões de visualizações no YouTube. Na narrativa construída na série, que conta com a participação do deputado federal Luiz Philippe de Orleães e Bragança (PSL) e de Olavo de Carvalho, são evocadas teses supremacistas da história brasileira, através da hierarquização da diversidade humana e enaltecimento “[d]a vitória dos pretensamente superiores sobre os pretensamente inferiores.” (LIMA, 2019, p. 20). A representação dos “perdedores” - indígenas, negros, e muçulmanos (os últimos descritos como principal ameaça ao Ocidente judaico-cristão, comunidade transnacional a que se vincularia o Brasil) - limita-se a sua descrição enquanto agentes braçais da reprodução social, aproximação com a natureza, e destituição de cultura, moral e intelectualidade. Na série, o Brasil pré-colonização é considerado um território intocado, e a história dos negros, como dos povos indígenas, é silenciada, reduzida a sua dita condição de mão-de-obra escravizada. A história do Brasil, nesta narrativa, seria a continuação da história da “civilização europeia” ou “ocidental”, e a outros povos caberiam papéis secundários e subalternos. A base da formação nacional seria a “cruzada” contra os “infiéis”, e os ancestrais a serem homenageados - constituindo o passado e o futuro do Brasil - seriam brancos, europeus e cristãos, os ditos vencedores destas guerras medievais (Lima, 2019).

Além do Brasil colonial/imperial, a experiência europeia medieval, portanto, é o outro ponto de referência da extrema direita que governa o Brasil - algo tomado com orgulho pelo ex-ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro, aluno de Olavo de Carvalho. Criticado por seus posicionamentos medievais, Ernesto Araújo ironizou em suas redes sociais, dizendo não saber se isto era uma ofensa ou elogio (Carvalho, 2018). Este tipo de posicionamento não é inédito no país - é a base ideológica do movimento de inclinação ultramontana que surgiu no século 19, se agrupou, no século 20, em organizações como o TFP, que do Brasil se espalhou para quase oitenta países (IstoÉ, 2013), e hoje compõe a rede bolsonarista por meio de grupos como o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, dirigido por um descendente da extinta família imperial brasileira (Instituto Humanitas Unisinos, 2019). O ultramontanismo é uma interpretação antimodernista do catolicismo. Seus aderentes, além de inspirados em regimes fascistas europeus, almejam um retorno aos cultos, à hierarquia social e à relação simbiótica de Estado e Igreja do período medieval (Caldeira, 2005). Na análise de Michel Gherman, essa orientação medieval é o cerne do governo Bolsonaro, e se traduz em uma lógica de gestão fascista, que desconsidera a existência de civis (categoria moderna, à qual os medievalistas se opõem), e é guiada pela noção de um mundo de conspiração, guerra constante e exercício do poder pela violência. A morte de civis, cada vez mais banal num cenário de pandemia e da violência militar e miliciana em periferias, torna-se,

dentro de uma mentalidade medievalista, justificada pela vontade do soberano (The Intercept Brasil, 2021a).

Como forma de enunciação de um projeto de poder, como posicionamento político, de modo a redefinir a história (o que inclui presente e futuro), e não apenas por coincidência, deslizes ou para amedrontar a oposição e desviar a atenção da mídia, outros passados ainda são referenciados pelos novos fascistas: os antigos fascismos, é claro. Tanto na Índia, quanto no Brasil, o fascismo da década de 1920 e 1930 se faz presente, de modos bastante distintos, apesar de algumas semelhanças.

No caso indiano, as organizações do período não só permaneceram, como multiplicaram-se, articularam-se e enraizaram-se profundamente. Segundo Fábio Luis Barbosa dos Santos (2021), o BJP é a fachada partidária, relativamente recente, de um grupo muito mais antigo, a anteriormente citada RSS. Criada em 1925, no contexto de luta anticolonial, a organização paramilitar RSS é comparada pela professora Shakuntala Banaji (2018) à Juventude Hitlerista, dispondo de valores semelhantes, mas substituindo “judeus” por “muçulmanos” em sua propaganda. O grupo foi moldado à luz do fascismo italiano, após uma visita realizada pelo mentor de seu criador a Mussolini em 1931 (Casolari, 2000). Em 1932, a RSS contava com dez mil membros, passando por seiscentos mil em 1951 e chegando a três milhões de aderentes e cinquenta mil centros em 2017 (Battaglia, 2017). Entre os anos 1960 e 1980, uma miríade de sindicatos, partidos, centros culturais, instituições educativas, milícias, órgãos midiáticos, organizados de forma semi-autônoma, se espalharam sob a liderança da RSS. Nasce a *Sangh Parivar*, uma “família” de organizações que, hoje, alcança os mais diversos grupos sociais por toda a Índia (Banaji, 2018; Battaglia, 2017; Santos, 2021). A extensa infiltração da RSS na vida pública do país vive seu ápice, com a chegada ao poder de Modi, membro da organização desde os oito anos de idade (Jaffrelot, 2021).

Modi é um forte exemplo de como mesmo o fascismo clássico ainda vive, e mais que aceitável, torna-se um guia. Quando governou a província de Gujarat, um livro publicado e distribuído pelo Conselho Estadual de Gujarat de Livros Escolares continha uma série de exaltações, e praticamente nenhuma crítica, ao regime nazista. Em um fragmento do livro estudado nas escolas de Gujarat (Mehta, 2004), Hitler é descrito como responsável por emprestar “dignidade e prestígio ao governo alemão dentro de um tempo curto ao estabelecer uma forte configuração administrativa”, por criar “o vasto Estado da Grande Alemanha”, por “adotar a política de oposição ao povo judeu” e advogar “pela supremacia da raça alemã. Ele adotou uma nova política econômica e trouxe prosperidade à Alemanha.” (tradução nossa). A ideologia fascista está no embrião e no centro do movimento nacionalista hindu, e os resultados deste fato histórico são bastante práticos e sombrios. No fim dos anos 1930, o ideólogo que deu origem à tradição *Hindutva*, S. V. Savarkar, sugeriu que indianos deveriam lidar com a “questão muçulmana” da forma como os nazistas enfrentaram a “questão judaica” (Cesari, 2000). Gujarat, onde a direita hindu já havia causado a destruição de uma importante mesquita em 1993, e de propriedades de muçulmanos em 2000, viveu em 2002, sob o governo de Modi, um

chocante massacre apoiado pelo Estado, que resultou na morte de mais de dois mil muçulmanos (Thompson, Itaoui e Bazian, 2019).

No Brasil dos anos 1930 também floresceu um movimento fascista, mas sua influência atualmente é muito mais tímida. Fundada por Plínio Salgado em 1932, após encontro do brasileiro com Mussolini, na Itália, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi a maior expressão do fascismo clássico na América Latina, chegando a cerca de duzentos mil filiados, de acordo com seu líder (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020). Apesar de diversas tentativas - por meio de um partido de massas e através de milícias, com direito a tentativa de golpe de Estado, nos anos 1930, e pela via partidária com enfoque na moral cristã, adotando para si a alcunha de populistas (Calil, 2011), do pós-guerra ao golpe de 1964 - os integralistas nunca chegaram perto de fundar um regime (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020). Membros do movimento já conseguiram até 8% dos votos em eleições presidenciais (advindos especialmente da classe média), conquistaram a direção e presidência de alguns cargos públicos (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020), e a aprovação de sua proposta de entronização do crucifixo na Câmara Federal (Ranquetat, 2014), ao longo da “quarta república brasileira”. Posteriormente, durante a ditadura, fizeram parte da breve Junta Governista Provisória de 1969, inseriram “componentes de cunho nacionalista, conservador e ufanista nos livros escolares” (GONÇALVES e CAIDEIRA NETO, 2020, p. 109) através da aprovação do “Compêndio de instrução moral e cívica”, escrito por Plínio Salgado, e lograram a censura ao erotismo e pornografia, identificados por Salgado como táticas do comunismo internacional. No século 21, permaneceu a combinação integralista de institucionalidade e ação miliciana. Em 2019, uma célula neointegralista atacou, com coquetéis molotov, a sede da produtora Porta dos Fundos, após a veiculação da empresa de um filme que retratava Jesus Cristo como homossexual. Poucos dias depois, um membro de outro grupo neointegralista foi presenteado com um cargo no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020). Indicando uma permanência do integralismo na política brasileira, o lema integralista “Deus, Pátria e Família” vem sendo incorporado por apoiadores e membros do governo, incluindo o próprio presidente (Azevedo, 2020).

Grupos neointegralistas, neonazistas, e outras expressões mais radicais de direita, proliferaram-se e organizam-se no Brasil desde a transição democrática, nos anos 1980 (Caldeira Neto, 2020). Mesmo que não sejam, até onde se sabe, parte expressiva do atual regime, neonazistas apoiam Bolsonaro há pelo menos quinze anos, e respondem às falas inflamatórias de membros do seu governo (The Intercept Brasil, 2021b). Quando o então assessor internacional de Bolsonaro tuita o lema de uma organização terrorista neonazista inglesa (Teodoro, 2021), o Ministro da Economia demonstra inspiração naquele que ocupou o mesmo cargo na Alemanha nazista (Antunes, 2020), o ex-secretário da Cultura (ainda em exercício) grava um vídeo citando e emulando o Ministro da Propaganda de Hitler (G1, 2020b), a secretaria de Comunicação da presidência faz referência à frase utilizada nos campos de concentração nazistas (IstoÉ, 2020b), e o próprio presidente divulga um vídeo com uma citação de Mussolini (IstoÉ, 2020a), e afirma, em visita a Israel, ser possível perdoar o holocausto (DW, 2019), organizações neonazistas multiplicam-se.

É o que permite concluir a antropóloga Adriana Dias, que acompanha a evolução destes grupos há vinte anos, e identificou, atualmente, ao menos quinhentas e trinta células neonazistas em atividade no Brasil (The Intercept Brasil, 2021b). Para a pesquisadora, os neonazistas brasileiros estão se transformando de células escondidas na internet em um movimento de massas, e já discutem a possibilidade de uma ação armada caso Bolsonaro tenha que deixar o poder.

Se queremos frear a proliferação do fascismo enquanto tática, ideologia e movimento, é preciso que saibamos identificá-lo, indo, inclusive, além de suas expressões mais caricatas e dos mitos sobre ele construídos. Revisionismos tais como o posicionamento do fascismo na esquerda do espectro político, ou a afirmação de que os atuais protótipos de ditadores reacionários não podem ser fascistas por incorporarem graus de liberalismo em suas políticas, alianças e discursos, são falácias comuns que só servem aos que desejam cinicamente desqualificar seus adversários, mascarar o fascismo ou a ele se aliar sem se responsabilizar pela catástrofe que ele produz. A adoção de “elementos da esquerda” por fascistas, como os termos “Socialista” e “Trabalhadores” em “Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães”, ao contrário do que argumenta Bolsonaro (G1, 2019), é mais um sinal de oportunismo do que de identificação ideológica. No contexto de crise profunda que sucedeu a Primeira Guerra Mundial, o capitalismo contava com pouco apoio popular, enquanto o socialismo tornava-se uma ameaça cada vez mais clara aos burgueses, pelas vias revolucionária e eleitoral (Landa, 2009). “A fim de salvar o navio do capitalismo, os liberais econômicos frequentemente estavam prontos e dispostos a jogar fora o excesso de bagagem das instituições e ideais políticos liberais.” (LANDA, 2009, p. 13, tradução nossa). Mesmo que, por vezes, fossem atacados pelos fascistas, eram os liberais que, junto aos conservadores, constituíam os principais parceiros das coalizões que levaram o fascismo clássico ao poder (Paxton, 2004). Intervenções econômicas não tornam o fascismo um “fenômeno de esquerda”, tampouco diferenciam profundamente os fascistas de ontem, vistos como intervencionistas, dos de hoje, geralmente economicamente liberais, já que, historicamente, governos sempre intervêm na vida econômica, com diferentes propósitos. O propósito do fascismo europeu do início do século 20 era a guerra; visto como temporário pelos capitalistas, não preocupava como a possibilidade socialista (Landa, 2009).

Os paralelos do momento atual com o período entreguerras são evidentes. Não foi empregado, aqui, o termo “neofascismo”, para enfatizar as inúmeras continuidades e espelhamentos de um período ao outro. Obviamente, não são idênticos, todo fenômeno deve se transformar para se adaptar a novos tempos e lugares. São as diferenças que possibilitam as permanências. Não foi preciso, por exemplo, que houvesse movimentos socialistas tão fortes e organizados como no século passado para que a direita organizasse sua reação no presente. Enquanto os inimigos primários do fascismo original eram os partidos operários de massa, o inimigo do fascismo atual é “o movimento democrático e popular, guiado por um reformismo superficial e desprovido de organização partidária de massa” (BOITO JÚNIOR, 2021, p. 7).

A popularização do fascismo no Brasil do século 21 começou com a normalização de sua retórica, quando esta era conveniente para dismantlar as forças de esquerda do país. Se o antipetismo inicialmente energizava os protestos pró-*impeachment*, sua mobilização enquanto uma cruzada moral contra um inimigo a ser extirpado (Rocha, 2019; Tatagiba, 2018; Chaloub e Perlatto, 2016) edificou teorias conspiratórias de origens fascistas que se tornaram *mainstream*. Percebido como um inimigo maquiavélico e onipresente, o PT e um dito comunismo que ele representaria estariam infiltrados na educação pública, nas produções de entretenimento, na luta pelos direitos civis e na mídia tradicional brasileira (Carapanã, 2018). A tomada do poder pelos comunistas viria através da destruição dos valores fundamentais da sociedade ocidental: eis a ideia central na teoria do marxismo cultural, criada por ideólogos conservadores norte-americanos nos anos 1990, levada à Índia, onde o inimigo e conspirador principal é o muçulmano e a sociedade ameaçada é a hindu (Sridharan, 2017), e traduzida ao contexto brasileiro por Olavo de Carvalho (Carapanã, 2018). Amplamente difundida no Brasil, especialmente no período eleitoral de 2018, a teoria do marxismo cultural é uma reedição de outra teoria conspiratória, o bolchevismo cultural, dos anos 1930. Na variação nazista, judeus marxistas eram os adversários que planejavam a dominação mundial. Carapanã (2018) chama atenção à propensão de que outras ideologias fascistas sejam aceitas no campo da direita a partir da incorporação do marxismo cultural, como as teorias da degeneração. O movimento pró-liberalismo econômico, um dos primeiros a se mobilizar pelo *impeachment* de Dilma, é considerado e se apresenta como liberal também no plano dos costumes (Rocha, 2019). Contudo, o pânico moral conduzido por sua principal organização, o Movimento Brasil Livre (MBL), em 2017, que resultou no cancelamento de uma exposição artística de temática *queer* - acontecimento que ecoa as campanhas contra a “arte degenerada” promovidas pelo Partido Nazista (Fernandes, 2017) - é um indício da disseminação da ideologia fascista de forma mais ampla na política brasileira, que não desaparecerá tão facilmente. Como outros atores liberais brasileiros, o MBL não apenas apoiou a eleição da extrema direita em 2018, defendendo oposição à esquerda e apoio à agenda de liberalismo econômico de Bolsonaro (Betim, 2018), como incorporou alguns de seus discursos.

Na Índia, o fascismo parece ter se propagado de forma mais intensa. Após ser reeleito para um segundo mandato em 2019, Modi esvaziou ainda mais a democracia indiana, e a preencheu com o autoritarismo hindu. O sistema jurídico vem sendo instrumentalizado para enquadrar opositores e absolver simpatizantes ao governo. Jornalistas, intelectuais, estudantes, comunidades muçulmanas, são alvos de ataques que muitas vezes resultam em prisões e assassinatos sequer noticiados (Santos, 2021). Beneficiários dos programas de ajustes neoliberais e da ampla privatização no país (aos quais também está sujeita a economia brasileira), corporações ocidentais e os governos e mídias a elas atrelados não demonstram muito incômodo com a censura, propaganda, violência e discriminação, cada vez mais institucional, do governo do BJP e de sua rede *Hindutva* (Banaji, 2018). Apesar da repressão estatal e do descaso de parcelas da população, como no Brasil, a oposição se movimenta. Enquanto no maior país da América Latina uma nova leva de protestos, desde 2020 (Jiménez, Arroyo e Rupp, 2020), toma as ruas de diferentes

idades contra o golpismo, o racismo, a ineficiência governamental em relação à pandemia da covid-19 (Carvalho, 2021) e em prol da soberania dos povos indígenas (Moura, 2021), na potência sul-asiática, no mesmo período, mulheres muçulmanas lideraram ocupações e manifestações por todo o país, em defesa dos direitos dos que professam o islã e contra agressões violentas a uma universidade (Santos, 2021), e movimentos de agricultores derrotaram, após mais de um ano de protestos, novas leis que prometiam comprometer seu sustento (Gill, 2022). Se a extrema direita projeta o retorno a um passado fascista, resta a construção de um presente antifascista, de modo a disputar um amanhã democrático.

Considerações finais

Brasil e Índia são nações muito diferentes, e ao mesmo tempo, a análise conjunta dos processos políticos neles vividos revela uma série de semelhanças. São parte de um cenário que se constrói transnacionalmente, e demonstram as imbricações entre neoliberalismo e autoritarismo, os perigos do revisionismo histórico e a atualidade do fascismo da década de 1930 como referencial político. Além disso, apontam para a necessidade de se compreender o nacionalismo religioso, base das extremas direitas brasileiras e indianas de maior projeção desde o século 20. Se na Índia é mais gritante a crescente regência do Estado aos moldes hindus, a cristianização da vida política e cívica no Brasil também deve ser vista como um caminho trilhado cada vez mais rapidamente. A centralidade que ganham símbolos e valores religiosos são apenas uma parte da “nova” lógica política que se quer hegemônica nesses países. Outros elementos fundamentais são a instrumentalização da verdade, que se torna qualquer coisa que permita alcançar o domínio sobre os outros (Paxton, 2004), e a ideia da fabricação, articulação e eliminação de inimigos, da política enquanto o puro exercício da violência. Em países marcados pela diversidade étnica, linguística, e religiosa, múltiplos grupos - muçulmanos, negros, indígenas, a esquerda, feministas, LGBTs, pobres, e mesmo membros das elites políticas, econômicas e midiáticas que não colaboram com o movimento autoritário - são representados como ameaças à propriedade, à integridade nacional, identitária, familiar, ao “direito à supremacia” do supremacista. Graças a teorias como o marxismo cultural, tais “inimigos” podem ser sintetizados em um único e onipresente organismo, o que exige o isolamento e a radicalização do grupo que se sente vitimado. Evoca-se a violência a fim de impedir uma vitimização percebida como iminente, mas não só. No fascismo, a violência é imaginada como gloriosa, redentora, fundante de um purificado e hierarquizado mundo, visão que se populariza no Brasil e na Índia.

Nas partes da periferia do mundo analisadas, ainda não é possível afirmar a existência de ditaduras fascistas, não como regimes, apenas como projetos. Bolsonaro e Modi, lideranças de movimentos que almejam tais regimes, instrumentalizaram redes e discursos já arraigados antes de ascenderem ao poder. O fascismo enquanto regime vem sendo por eles estruturado gradualmente, através da deterioração democrática. Esta transformação, portanto, não é abrupta. Se no Brasil vive-se uma democracia bastante deteriorada, mas ainda capaz de impedir alguns avanços do autoritarismo, “tudo o que parece restar da democracia na Índia

é que o governo é escolhido em base a uma maioria eleitoral, o que se poderia chamar de ‘eleitoralismo’” (SUNDAR, 2017 apud SANTOS, 2021, p. 57). A exposição desta “carcaça democrática” após a reeleição do BJP indica o caminho que o Brasil poderá seguir caso Bolsonaro ou outra figura que compartilha dos ideais de seu movimento mantenha-se no poder. Mesmo que o presidente brasileiro e o primeiro-ministro indiano deixem o governo, a edificação de uma nova e melhor democracia estará longe de finalizada. No Brasil e na Índia, o fascismo e todos os problemas e contradições que causaram-no antecedem e transcendem Jair Bolsonaro e Narendra Modi.

O fascismo não está apenas no limite do populismo, como afirmam Finchelstein (2018) e Urbinati (2019), mas dentro de algumas de suas expressões. Não meramente enquanto aquilo que originou o populismo e desapareceu, mas enquanto o que se projeta, se articula, se move, que, como demonstra Paxton (2004), pode crescer, se propagar, estacar, regredir, definhar. Ações e políticas fascistas podem ser cultivadas e desenvolvidas desde o interior de um recipiente, um regime caracterizado como populista. O estado de maturidade desta erva-daninha talvez nunca chegue a tal ponto que seu caule, galhos e folhas chamem mais atenção que o vaso que a conserva, e momentaneamente ou ilusoriamente, a limita. Menos observadas são suas raízes... grandes o suficiente, ultrapassam seu invólucro, cujo exterior também dispõe dos discursos e símbolos que servem-lhe de substrato. Dada a abundância destes sedimentos no meio social, movimentos deste tipo independem de reservatórios institucionais de aparência democrática para se proliferar, e mesmo para produzir seus frutos fatais. Se não são aparados ou arrancados, se crescem a ponto de gerar ditaduras, sua reprodução se estica até o momento em que asfixiam a si mesmos. Enquanto isso, dificultam ou impedem que outras formas de vida se reproduzam. Na Índia, no Brasil, e onde mais sua ideologia é semeada, o fascismo busca tomar o chão de culturas efetivamente democráticas. Nesses lugares, se faz presente, e não apenas passado distante ou futuro inverossímil. Se faz possível, mas ao mesmo tempo, como nos alerta Paxton (2004), nunca inevitável. Reconhecer o fascismo, sua lógica, objetivos, e meios pelos quais ele se processa, é o primeiro passo. Lutar por outras possibilidades é a árdua caminhada seguinte.

Referências bibliográficas

ADORNO, Luís (2017). *De 74 PMs envolvidos no massacre do Carandiru, 58 foram promovidos*.

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/02/de-74-pms-envolvidos-no-massacre-do-carandiru-58-foram-promovidos.htm>. Acessado em 21 out. 2021.

ALFANO, Bruno; ELLER, Johanns (2019). *Criticada por Bolsonaro por ser 'de esquerda', TV Escola exibiu documentário com Olavo de Carvalho*. <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/criticada-por-bolsonaro-por-ser-de-esquerda-tv-escola-exibiu-documentario-com-olavo-de-carvalho-24130625>. Acessado em 21 out. 2021.

- ALIANÇA PELO BRASIL (2019). *PROGRAMA DA ALIANÇA PELO BRASIL*. <https://static.poder360.com.br/2019/11/PROGRAMA-DA-ALIANC%CC%A7A-PELO-BRASIL.pdf>. Acessado em 21 out. 2021.
- ALTINO, Lucas (2018). *Juíza eleitoral determina retirada de faixa 'UFF Antifascista' de universidade*. <https://oglobo.globo.com/brasil/juiza-eleitoral-determina-retirada-de-faixa-uff-antifascista-de-universidade-23186076>. Acessado em 21 out. 2021.
- ANTUNES, Ricardo (2020). *Vídeo da reunião revela que ministro da economia de Adolf Hitler é inspiração de Paulo Guedes*. <https://ricardoantunes.com.br/video-da-reuniao-revela-que-guedes-se-inspira-em-ministro-nazista/>. Acessado em 21 out. 2021.
- AVRITZER, Leonardo (2019). “O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise (2013-2018)”, em AVRITZER, Leonardo; STARLING, Heloísa; BRAGA, Pauliane; ZANANDREZ, Priscila (orgs.). *Pensando a democracia, a república e o estado de direito no Brasil*. Belo Horizonte: Projeto República.
- AZEVEDO, Reinaldo (2020). *Eleições: Bolsonaro repete lema do integralismo: "Deus, Pátria, Família"*. <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/10/01/eleicoes-bolsonaro-repete-lema-do-integralismo-deus-patria-familia.htm>. Acessado em 21 out. 2021.
- BANAJI, Shakuntala (2018). “Vigilante Publics: Orientalism, Modernity and Hindutva Fascism in India”. *Javnost - The Public*, v. 25, p. 333-350.
- BASSETTE, Fernanda (2020). *Mãe perde guarda da filha de 12 anos após ritual de candomblé*. <https://epoca.globo.com/mae-perde-guarda-da-filha-de-12-anos-apos-ritual-de-candomble-24571523>. Acessado em 21 out. 2021.
- BATTAGLIA, Gino (2017). “Hindutva: o fundamentalismo nacional-religioso na Índia contemporânea”, em PACE, Enzo; OLIVEIRA, Irene Dias; AUBRÉE, Marion (orgs.). *Fundamentalismos religiosos, violência e sociedade*. São Paulo: Fonte Editorial, Edições Terceira Via.
- BBC (2017). *Savitri Devi: The mystical fascist being resurrected by the alt-right*. <https://www.bbc.com/news/magazine-41757047>. Acessado em 21 out. 2021.
- BBC (2018). *Woman held for calling India ruling BJP 'fascist'*. <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-45404897>. Acessado em 21 out. 2021.
- BETIM, Felipe (2018). *A segunda metamorfose do MBL para seguir influente no Brasil de Bolsonaro*. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/03/politica/1543850784_783436.html. Acessado em 21 out. 2021.
- BILLSTEIN, Reinhold; FINGS, Karola; KUGLER, Anita; LEVIS, Nicholas (2000). *Working for the enemy: Ford, General Motors, and Forced Labor in Germany during the Second World War*. Oxford: Bergham Books.

- BOITO JÚNIOR, Armando (2021). “O caminho brasileiro para o fascismo”. *Caderno CRH*, v. 34, p. 1-23.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe (2005). *O influxo ultramontano no Brasil: o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira*. Dissertação (mestrado) em história. Universidade Federal de Juiz de Fora.
- CALDEIRA NETO, Odilon (2020). “Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil”. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v. 10, n. 24, p. 120-140.
- CALIL, Gilberto (2011). “Partido de Representação Popular: estrutura interna e inserção eleitoral (1945-1965)”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 5, p. 351-382.
- CARAPANÃ (2018). “A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo”, em GALLEGU, Esther (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- CARVALHO, Daniel (2018). *Brasil não ficará de quatro diante de ditaduras, diz chanceler de Bolsonaro*. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/brasil-nao-ficara-de-quatro-diante-de-ditaduras-diz-chanceler-de-bolsonaro.shtml>. Acessado em 21 out. 2021.
- CARVALHO, Igor (2021). “*Nem bala, nem fome e nem covid*”: movimento negro ocupa as ruas de SP no 13 de maio. <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/13/nem-bala-nem-fome-e-nem-covid-movimento-negro-ocupa-as-ruas-de-sp-no-13-de-maio>. Acessado em 21 out. 2021.
- CASOLARI, Marzia (2000). “Hindutva’s Foreign Tie-up in the 1930s: Archival Evidence”. *Economic and Political Weekly*, v. 35, n. 4, p. 218-228.
- CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando (2016). “Intelectuais da Nova Direita brasileira: ideias, retórica e prática política”. *Insight Inteligência*, n. 82.
- CHAUDHARY, Sudhir (2019). *Full transcript of Steve Bannon’s interview with Sudhir Chaudhary*. <https://www.wionews.com/india-news/full-transcript-of-steve-bannons-interview-with-sudhir-chaudhary-223319>. Acesso em 21 out. 2021.
- COWAN, Benjamin Arthur (2018). “A hemispheric moral majority: Brazil and the transnational construction of the New Right”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 61, n. 2, p. 1-25.
- D’AGOSTINO, Rosanne (2020). *STF decide suspender produção de dossiê sobre antifascistas pelo Ministério da Justiça*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/20/stf-forma-maioria-para-proibir-ministerio-da-justica-de-produzir-dossie-contra-antifascistas.ghtml>. Acessado em 21 out. 2021.

- DEV, Atul (2020). *Far-right European politicians help India push an image of normalcy in isolated Kashmir*. <https://www.codastory.com/disinformation/far-right-europe-kashmir/>. Acessado em 21 out. 2021.
- DW (2012). *Anistia Internacional denuncia violação de direitos humanos pela polícia brasileira*. <https://www.dw.com/pt-br/anistia-internacional-denuncia-viola%C3%A7%C3%A3o-de-direitos-humanos-pela-pol%C3%ADcia-brasileira/a-15972968>. Acessado em 21 out. 2021.
- DW (2019). *Bolsonaro revê declaração sobre "perdoar o Holocausto"*. <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-rev%C3%AA-declara%C3%A7%C3%A3o-sobre-perdoar-o-holocausto/a-48326416>. Acessado em 21 out. 2021.
- EXAME (2018). *TRE autoriza recolocação de faixa antifascista em universidade no Rio*. <https://exame.com/brasil/tre-autoriza-recolocacao-de-faixa-antifascista-em-universidade-no-rio/>. Acessado em 21 out. 2021.
- FERNANDES, Nathan (2017). *O que representam as obras que causaram o fim da exposição Queermuseu*. <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2017/09/o-que-representam-obras-que-causaram-o-fim-da-exposicao-queermuseu.html>. Acessado em 21 out. 2021.
- FILHO, João (2021). *Nova visita de Eduardo Bolsonaro a Bannon escancarou: vai ter tumulto nas eleições de 2022*. <https://theintercept.com/2021/08/15/eduardo-bolsonaro-bannon-trump-eleicoes-fraude/>. Acessado em 21 out. 2021.
- FINCHELSTEIN, Federico (2018). *Del fascismo al populismo en la historia*. Buenos Aires: Taurus.
- FINCHELSTEIN, Federico (2021). *Donald Trump has blurred the line between populism and fascism in a dangerous way*. <https://www.washingtonpost.com/outlook/2021/07/09/donald-trump-has-blurred-line-between-populism-fascism-dangerous-way/>. Acessado em 21 out. 2021.
- FINCHELSTEIN, Federico; STANLEY, Jason (2020). *The Fascist Politics of the Pandemic*. <https://www.project-syndicate.org/commentary/coronavirus-fuels-fascist-politics-by-federico-finchelstein-and-jason-stanley-2020-05>. Acessado em 21 out. 2021.
- GILL, Monica (2022). *India needs to protect its farmers against neocolonial agenda*. <https://www.aljazeera.com/opinions/2022/1/2/its-time-to-take-indias-farmers-protest-to-the-west>. Acessado em 09 fev. 2022.
- G1 (2019). *Bolsonaro diz não ter 'dúvida' de que nazismo era de esquerda*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/02/bolsonaro-diz-nao-haver-duvida-de-que-nazismo-era-de-esquerda.ghtml>. Acessado em 21 out. 2021.
- G1 (2020). *Bolsonaro diz que Antifas são 'marginais' e 'terroristas'*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/03/bolsonaro-diz-que-antifas-sao-marginais-e-terroristas.ghtml>. Acessado em 21 out. 2021.

- G1 (2020). *Secretário nacional da Cultura, Roberto Alvim faz discurso sobre artes semelhante ao de ministro da Propaganda de Hitler*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-alvim-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml>. Acessado em 21 out. 2021.
- GIOVANAZ, Daniel (2020). *Ponto a ponto: conheça os 15 acordos firmados por Bolsonaro e Modi na Índia*. <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/25/ponto-a-ponto-conheca-os-15-acordos-firmados-por-bolsonaro-na-india>. Acessado em 21 out. 2021.
- GOODRICK-CLARKE, Nicholas (1998). *Hitler's priestess: Savitri Devi, the Hindu-Aryan myth, and neo-Nazism*. Nova Iorque: New York University Press.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon (2020). *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- GRAIEB, Carlos (2021). *Bolsonaro e a alegria de ser um fascista*. <https://istoe.com.br/bolsonaro-e-a-alegria-de-ser-um-fascista/>. Acessado em 21 out. 2021.
- GREENWOOD, Max (2018). *Bannon: 'I'm fascinated by Mussolini'*. <https://thehill.com/blogs/blog-briefing-room/news/378757-bannon-im-fascinated-by-mussolini?rl=1>. Acessado em 21 out. 2021.
- GRELLET, Fábio (2020). *Bolsonaro tem 15 dias para pagar honorários de processo contra Jean Wyllys*. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-tem-15-dias-para-pagar-honorarios-de-processo-contrajean-wyllys,70003393386>. Acessado em 21 out. 2021.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (2019). *Monarquistas ocupam cargos em Brasília e reabilitam grupo católico ultraconservador*. www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588120-monarquistas-ocupam-cargos-em-brasilia-e-reabilitam-grupo-catolico-ultraconservador. Acessado em 21 out. 2021.
- THE INTERCEPT BRASIL (2021). *AO VIVO: Filipe Martins e o nazismo*. <https://www.youtube.com/watch?v=xh0vOijyvmo>. Acessado em 21 out. 2021.
- THE INTERCEPT BRASIL (2021). *ENTREVISTA: O movimento neonazista no Brasil e a ligação com Bolsonaro | CAMA DE GATO*. <https://www.youtube.com/watch?v=lxyuoqauzns>. Acessado em 21 out. 2021.
- ISTOÉ (2013). *A nova TFP*. https://istoe.com.br/337199_A+NOVA+TFP/. Acessado em 21 out. 2021.
- ISTOÉ (2020). *Bolsonaro compartilha vídeo com frase de Mussolini*. <https://istoe.com.br/bolsonaro-compartilha-video-com-frase-de-mussolini/>. Acessado em 21 out. 2021.
- ISTOÉ (2020). *Secom usa lema associado ao nazismo para divulgar ações, mas nega relação*. <https://istoe.com.br/secom-usa-lema-associado-ao-nazismo-para-divulgar-acoes-mas-nega-relacao/>. Acessado em 21 out. 2021.

- JAFFRELOT, Christophe (2021). *How Narendra Modi Transformed From an RSS Pracharak to a Full-Fledged Politician and Hindu Hridayamrat*. <https://thewire.in/politics/narendra-modi-rss-pracharak-politician>. Acessado em 21 out. 2021.
- JIMÉNEZ, Carla; ARROYO, Priscilla; RUPP, Isadora (2020). *Atos pela democracia elevam tom contra o racismo no Brasil*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-08/atos-pela-democracia-elevam-tom-contra-o-racismo-no-brasil.html>. Acessado em 21 out. 2021.
- KRAMER, Alan (2007). *Dynamic of Deconstruction: Culture and Mass Killing in the First World War*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- LANDA, Ishay (2009). *The Apprentice's Sorcerer - Liberal Tradition and Fascism*. Leiden: Brill.
- LEITÃO, Matheus (2020). *Os três pastores de Bolsonaro*. <https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/os-tres-pastores-de-bolsonaro/>. Acessado em 21 out. 2021.
- LIMA, André Nicacio (2019). “A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil”. *Temáticas*, Campinas, v. 27, n. 54, p. 15-38.
- LONGO, Ivan (2018). “*Brasil acima de tudo*”: Slogan de Bolsonaro faz referência ao da Alemanha nazista. <https://revistaforum.com.br/politica/brasil-acima-de-tudo-slogan-de-bolsonaro-faz-referencia-ao-da-alemanha-nazista/>. Acessado em 21 out. 2021.
- LORENTZ, Jefferson (2017). *Policia faz ataques a terreiro de Umbanda e ameaça matar família; quer construir igreja evangélica*. <https://bhaz.com.br/ataque-terreiro-umbanda/#gref>. Acessado em 21 out. 2021.
- MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André (2019). “Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores”. *Revista USP*, n. 120, p. 61-76.
- MARTÍN, María (2016). *Brasil, um país em “permanente violação de direitos humanos”*. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/23/politica/1456259176_490268.html. Acessado em 21 out. 2021.
- MEHTA, Harit (2004). *In Modi's Gujarat, Hitler is a textbook hero*. <https://timesofindia.indiatimes.com/india/in-modis-gujarat-hitler-is-a-textbook-hero/articleshow/868469.cms>. Acessado em 21 out. 2021.
- MIGUEL, Luis Felipe (2018). “A reemergência da direita brasileira”, em GALLEGO, Esther (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- MOTTA, Cláudia (2021). *Mais de 6 mil militares atuam em cargos civis no governo Jair Bolsonaro*.

- <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/05/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/>. Acessado em 21 out. 2021.
- MOURA, Iara (2021). *Maior manifestação indígena pós-Constituinte tem pouco destaque na mídia*. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/maior-manifestacao-indigena-pos-constituente-tem-pouco-destaque-na-midia/>. Acessado em 21 out. 2021.
- PAIVA, Vitor (2021). *Os elogios do ex-líder da Ku Klux Klan ao presidente do Brasil em 2018: 'Soa como nós'*. <https://www.hypeness.com.br/2021/05/os-elogios-do-ex-lider-da-ku-klux-klan-ao-presidente-do-brasil-em-2018-soa-como-nos/>. Acessado em 21 out. 2021.
- PAXTON, Robert O. (2004). *The Anatomy of Fascism*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- PEW RESEARCH CENTER (2017). *Three Years In, Modi Remains Very Popular*. <https://www.pewresearch.org/global/2017/11/15/support-for-prime-minister-modi-remains-strong/> Acessado em 21 out. 2021.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana (2020). *Entrevista: 'Bolsonaro é o populista que mais se aproximou do fascismo na história', diz Federico Finchelstein*. <https://theintercept.com/2020/07/07/bolsonaro-populista-fascismo-entrevista-federico-finchelstein/>. Acessado em 21 out. 2021.
- PIRES, Brailier (2020). *Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acessado em 21 out. 2021.
- POIKAYIL, George (2021). *Kerala varsity revokes suspension of teacher who called RSS-BJP 'proto-fascist', issues warning*. <https://www.newindianexpress.com/states/kerala/2021/jun/10/kerala-varsity-revokes-suspension-of-teacher-who-called-rss-bjp-proto-fascist-issues-warning-2314397.html>. Acessado em 21 out. 2021.
- PROFESSOR EDUARDO VIEIRA (2021). *Grande evento em defesa da liberdade no Brasil - 7 de setembro de 2021*. <https://www.youtube.com/watch?v=vJCoXkVUv2E>. Acessado em 21 out. 2021.
- QUARTZ (2017). *The films of Steve Bannon*. <https://www.youtube.com/watch?v=ulgOc4kyprQ>. Acessado em 21 out. 2021.
- QUIJANO, Aníbal (2002). "Colonialidade, poder, globalização e democracia". *Novos Rumos*, v.4, n. 37, p. 4-28.
- RANQUETAT, Cesar (2014). "A imagem de Cristo nos parlamentos". *Religião e Sociedade*, v. 34, n. 1, p. 94-121.
- ROCHA, Camila (2019). "‘Imposto é Roubo!’ A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff". *Dados*, v. 62, n. 3, p. 1-42.
- ROSANVALON, Pierre (2020). *El siglo del populismo: Historia, teoría, crítica*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.

- SAID, Edward (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SAMRAT (2021). *The Hindutva ideal of Akhand Bharat has held firm but its spatial, chronological extents remain hazy*. <https://www.firstpost.com/india/the-hindutva-ideal-of-akhand-bharat-has-held-firm-but-its-spatial-chronological-extents-remain-hazy-9313531.html>. Acessado em 21 out. 2021.
- SANCHES, Mariana (2021). *Neta de ministro de Hitler, deputada alemã sugere 'internacional conservadora' com Bolsonaro*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58325310>. Acessado em 21 out. 2021.
- SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos (2021). “O nacionalismo hindu de Modi: autoritarismo e neoliberalismo na Índia”. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 1, p. 53-65.
- SEDWICK, Mark (2020). “Traditionalism in Brazil - Sufism, Ta’i Chi, and Olavo de Carvalho”. *Aries - Journal for the Study of Western Esotericism*, p. 1-26.
- SRIDHARAN, D. V. (2017). *Cultural Marxism, and how it is similar to other ‘prophet driven’ industries*. <https://www.opindia.com/2017/07/cultural-marxism-and-how-it-is-similar-to-other-prophet-driven-industries/>. Acessado em 21 out. 2021.
- STANLEY, Jason (2018). *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM.
- STANLEY, Jason (2020). *For Trump and Modi, ethnic purity is the purpose of power*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/feb/24/trump-modi-citizenship-politics-fascism>. Acessado em 21 out. 2021.
- STROUMSA, Guy G. (2021). *The Idea of Semitic Monotheism: The Rise and Fall of a Scholarly Myth*. Oxford: Oxford University Press.
- SWAMI, Praween (2016). *Norwegian mass killer's manifesto hails Hindutva*. <https://www.thehindu.com/news/national/norwegian-mass-killers-manifesto-hails-hindutva/article2293829.ece>. Acessado em 21 out. 2021.
- TATAGIBA, Luciana (2018). “Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff”. *Lusotopie*, n. 17, p. 112-135.
- TEODORO, Plínio (2021). *Filipe Martins tuitou lema de grupo neonazista Combat 18, que assassinou imigrantes nos EUA e Europa*. <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/filipe-martins-tuitou-lema-de-grupo-neonazista-combat-18-que-assassinou-imigrantes-nos-eua-e-europa/>. Acessado em 21 out. 2021.
- THOMPSON, Paula; ITAOUI, Rhonda; BAZIAN, Hatem (2019). *Islamophobia in India: Stoking Bigotry*. Berkeley: Islamophobia Studies Center.
- URBAN, Nathália (2021). *O Vox está se tornando o pivô da extrema direita na América Latina*.

- URBAN, Nathália (2021). *Os bastidores por trás do golpe na Bolívia*. <https://jacobin.com.br/2021/08/os-bastidores-por-tras-do-golpe-na-bolivia/>. Acessado em 21 out. 2021.
- <https://jacobin.com.br/2021/10/o-vox-esta-tornando-o-pivo-da-extrema-direita-na-america-latina/>. Acessado em 21 out. 2021.
- URBINATI, Nadia (2019). *Me the People: How Populism Transforms Democracy*. Cambridge: Harvard University Press.
- VALLEJO, Justin (2020). 'Put their heads on pikes': Steve Bannon calls for beheading of Fauci and FBI director if Trump wins. <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-election-2020/steven-bannon-behead-fauci-fbi-christophre-wray-trump-b1627108.html>. Acessado em 21 out. 2021.
- VILICIC, Filipe (2020). *Brittany Kaiser: "Campanha de Bolsonaro usou internet para desinformação"*. <https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/brittany-kaiser-campanha-de-bolsonaro-usou-internet-para-desinformacao/>. Acessado em 21 out. 2021.
- WEFFORT, Francisco (1978). *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.
- WORLD BANK (2021). *Population 2020*. <https://databank.worldbank.org/data/download/POP.pdf>. Acessado em 21 out. 2021.
- YUSUF, Imtiyaz (2018). "Three Faces of the Rohingya Crisis: Religious Nationalism, Asian Islamophobia, and Delegitimizing Citizenship". *Studia Islamika*, v. 25, n. 3, p. 503-541.



Recebido em outubro de 2021
Aceito para publicação em março de 2022